



A PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS EM RAZÃO DA SUPERLOTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CARCERÁRIA DE PALMEIRA DAS MISSÕES-RS¹

**Hayana dos Santos Oliveira², Isadora de Aguiar³, Julia Valiati Stefani⁴, Luiz Fernando
Cardoso Antônio⁵, Nathalia Maria Paraginski Pommer⁶.**

¹ Trabalho desenvolvido na disciplina de Projeto Integrador, do curso de Direito da UNIJUI, sob orientação do Prof. Dr. Thiago dos Santos da Silva e mentoria da Mestranda Emanuele Oliveira.

² Aluna do curso de graduação em Direito da UNIJUI. E-mail: hayana.oliveira@sou.unijui.edu.br

³ Aluna do curso de graduação em Direito da UNIJUI. E-mail: isadora.silva@sou.unijui.edu.br

⁴ Aluna do curso de graduação em Direito da UNIJUI. E-mail: julia.stefani@sou.unijui.edu.br

⁵ Aluno do curso de graduação em Direito da UNIJUI. E-mail: luiz.a@sou.unijui.edu.br

⁶ Aluna do curso de graduação em Direito da UNIJUI. E-mail: nathalia.pommer@sou.unijui.edu.br

A superlotação nas prisões estaduais é reconhecida como um grande problema social, que vem se agravando na sociedade brasileira contemporânea, embora, haja previsão legal e administrativa de políticas públicas voltadas para os espaços prisionais, sua aplicabilidade prática é inócua, sendo suas instalações, por muitas vezes, consideradas precárias e o atendimento limitado, gerando a insuficiência das condições básicas de higiene, violando, assim, os princípios gerais dos Direitos Humanos. O município de Palmeira das Missões-RS encontra-se nesta realidade, enfrentando uma situação de incapacidade e superlotação carcerária, que desvela uma condição de desrespeito aos direitos fundamentais. Portanto, o presente trabalho tem o objetivo de analisar os dados do presídio Estadual do referido município, verificando o reconhecimento, ou não, do Estado de Coisas Inconstitucional na referida casa prisional, apresentando suas causas e possíveis soluções, evidenciar as razões da superlotação do presídio de Palmeira das Missões, verificar o qual o uso possível ao anexo existente na casa prisional, examinar se o conceito de Estado de Coisas Inconstitucionais aplica-se na realidade dos apenados de Palmeira das Missões, relacionar a superlotação com a situação de precariedade quanto à higiene básica dos apenados. A pesquisa será do tipo bibliográfico, com análise quantitativa e qualitativa de dados colhidos nas instituições acima mencionadas. O método de estudo será hipotético-dedutivo, a partir do problema de pesquisa idealizado. Além da pesquisa bibliográfica, será realizada uma visita na penitenciária de Palmeira das Missões-RS e produzida uma entrevista com o diretor da penitenciária. Em face do exposto neste resumo, conclui-se, de forma preliminar, que o método de execução penal é insustentável, o tratamento dado aos encarcerados é indigno, visto que não são observados os direitos e deveres dos presos, garantias individuais previstas na Constituição Federal. Assim posto, o presente projeto tem por finalidade divulgar aos órgãos competentes a situação de presumível vulnerabilidade e invisibilidade do presídio. Provará discutir os motivos que levam o presídio a chegar em situação de superlotação; analisando, assim, os objetivos das leis que regem o sistema penal, onde o sistema prisional enfrenta graves dificuldades estruturais de insalubridade, ampliando os problemas enfrentados pelos apenados e trazendo ênfases regulatórias a função social de privação de liberdade e a reintegração do apenado na sociedade.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Higiene. Sistema prisional. Superlotação.